

Entrevista Clóvis*

P = Pesquisador

E = Entrevistado

*pseudônimo

P - Sinteticamente a experiência na Brigada. Em quais áreas você trabalhou, em quais períodos.

E - Eu quando entrei pra Brigada em 1986. Período pré-Constituição, a nossa atual Constituição. E me formei justo no ano da... que a Constituição foi promulgada. Mas por essas questões assim de turma até o nome da nossa turma acabou sendo turma centenária da abolição. Eu tenho muitos colegas negros na turma. Então a escolha do nome foi por essa questão. A partir daí acho que tu conhece o sistema hierarquizado que é a Polícia Militar. Tu vai galgando os postos dentro do oficialato e até o período de capitão eu trabalhei em unidades policiais normais. Policiamento, polícia ostensiva. Batalhões e tudo. E no ano de 97 mais ou menos eu estava no Batalhão de Polícia Rodoviária e aí terminei sendo classificado na sessão de inteligência. Eu não tinha experiência nessa área, e eu tive um sorte muito grande, porque nessa época o comandante e o sub investiram muito nessa parte de inteligência. Eu era capitão. E veio muita gente com experiência, praças com experiência que vieram direto do Estado Maior da Brigada. Até porque a Rodoviária tinha um negócio assim de diárias. Tu ganhava diárias fixas, viajava, tudo. Então pessoal queria ir pra Rodoviária, porque ganhava um pouco mais. Principalmente os praças. E ali eu trabalhei com alguns sargentos e soldados que tinham uma experiência muito grande nessa área de inteligência e desenvolvi um gosto pela atividade. Aí fiquei 3 anos aproximadamente ali. Saí e retornei, vim pro QG, pro departamento administrativo, e como eu tinha muito contato com o pessoal do Estado Maior, que funciona assim... a Agência Central de Inteligência, que é a PM2, a temida PM2, que é a nossa agência central de inteligência. Dentro de uma estrutura do sistema de inteligência da Brigada Militar. Até porque mudou muito o nome. A partir dos decretos ali dos anos 2000 mudou muito o nome, porque nós trabalhávamos ontem, era sessão de informações. Depois passou para sessão de inteligência, reestruturou todo sistema de inteligência da Brigada. E na época eu era capitão e fui convidado. Como eu estava no departamento... eu tinha experiência... “traz pra inteligência”. E ali a gente fez uma reestruturação na época bem grande. Nosso chefe era o major Vladimir. Ele nos deu carta branca, eu e um outro capitão, pra gente reestruturar todo o sistema. Porque antes a inteligência trabalhava em dois grandes campos. Trabalhava no campo da segurança pública, que era parte de criminalidade geral, e trabalhava no público interno. Polícia da polícia. Assuntos internos, como dizem alguns. Na época a corregedoria estava iniciando na verdade. Já tinha iniciado, tinha dado um arrefecida e estava iniciando de novo. Tanto que a gente fez uma transição de uma série de documentações que tinha, dessa parte de público interno, pra corregedoria da época. Então se reestruturou e se trabalhou aí. Ao invés de 2 grandes campos a gente trabalhava em 4 grandes campos. Então a gente começou a trabalhar no campo institucional – isso eu estou te falando em termos de agência central e estrutura maior da Brigada –, nós tínhamos os assuntos institucionais, que eram os assuntos que interessavam à Brigada. Desde Guardas Municipais, relações com outras forças policiais, movimentos sociais, toda essa parte ficava nas questões de assuntos institucionais. Era um dos grandes campos, dos 4 grandes campos. Depois nós tínhamos o segundo campo, que

era o campo do crime organizado, das organizações criminosas. Se diferencia ainda, tem alguns autores que diferenciam. Crime organizado é aquele crime que está entranhado no Estado, que tem ligações no Judiciário, Ministério Público, Executivo, Legislativo. Mais ou menos como a gente vê hoje algumas coisas. E organizações criminosas são aquelas organizações que são de indivíduos que se associam, têm um conhecimento, geralmente têm um know how já suficientemente desenvolvido para... são esses camaradas que fazem assaltos, explodem bancos, que a gente acompanha também aí. O terceiro grande campo era crime eventual. Esse crime menor que acontece. Furto de veículo, um roubo de pedestre, roubo ao estabelecimento comercial. E o terceiro campo era a parte de eficiência policial, que a gente chamava. Que era o campo que mantinha um pouco dessa vinculação com o público interno. Mas a perspectiva era uma perspectiva de comando da Brigada. Então o que que a gente queria saber? Queria saber se tinha lá o fulano de tal que estava com um problema lá, que estava “mordendo”, estava exigindo dinheiro. Nossa preocupação era saber se os batalhões, os comandos da Brigada estavam gerindo os recursos de forma eficiente. Essa era a ideia. E dentro da cada campo desses tinha uma série de campos menores pra gente trabalhar. Isso estou te falando entre os anos 2000 e 2002. Eu no ano 2002 saí da inteligência. Pedi pra ir pro interior. Fui pra Santa Rosa. Eu saí dessa área, como a gente diz, do sistema de inteligência. E voltei pra trabalhar na questão de polícia extensiva. No comando regional e depois nos batalhões lá da região, onde eu fiquei 13 anos. Mas sempre mantive. Pessoal comenta muito: “quem foi já da inteligência nunca deixa de ser”. Porque os camaradas que te têm como uma fonte confiável, vamos dizer assim, se eles precisavam de alguma função lá naquela região noroeste do estado, eles me procuravam: “Hoje tem um serviço aí”. E isso te digo Polícia Federal, Receita Federal, Exército, Polícia Civil, Marinha. A gente tinha relações com muita gente dessas áreas, e tu mantinha um certo vínculo que nunca se perdia. Aí no ano 2013 para 14... eu era major nessa época... fui promovida a tenente-coronel. Me mantiveram no comando lá em Santo Ângelo das Missões. Aí eu já tinha tempo para ir embora e aí manifestei meu interesse de ir embora. E aí o comando na época, era o coronel Fábio, ficou sabendo, e numa reunião que teve em Livramento me chamou lá e “fiquei sabendo que tu ia embora”. “Estou pensando”, porque a gente tem uma... chega um ponto em que esgotam as tuas... não as tuas energias, mas aquilo que tu eventualmente pode tentar fazer para ajudar a instituição. Aí ele diz “tenho uma proposta para ti. Eu quero mudar algumas coisas dos currículos dos cursos de formação da Brigada, e nós estamos a fim de mudar o curso de formação da Brigada. Curso presencial, ingresso na carreira em curso superior através de convênios com universidades públicas principalmente. E já tem algum caminho com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Então eu quero que tu vá no departamento de ensino. Tu tem formação na área, tu gosta da área de orientar os trabalhos do pessoal do curso, trabalho de conclusão, TCC. Então eu quero que tu toque esse projeto para a Brigada”. Então tá, vou dar uns dias para pensar, aquela coisa toda. Pensei uns dias e disse “aceito”. Aí eu terminei vindo pro departamento de ensino. Só que tu sabe como é que funciona essa questão da gestão macro. Muda governo, muda comando, mudam as prioridades. E aí mudou o governo. Entrou o governo Sartori na época, e as coisas que estavam em andamento já passam a não ser mais aquela... governo anterior. E eu continuei no departamento de ensino. Só que o pessoal que assumiu... porque o pessoal sempre me teve... e eu sempre pautei por isso como... não como apolítico, mas como... eu não tinha vínculos com nenhum partido político. Eu tinha minhas concepções pessoais, mas fazia minha parte. Minha parte pessoal era uma coisa e minha política... quando tu pode juntar tu junta. Quando tu não pode, eu tenho um compromisso institucional primeiro. Depois a gente... mas o pessoal me conhecia justamente por essa... e eu

continuei no departamento de ensino nos primeiros meses, mas o comando que assumiu começou a me pressionar para ir pra inteligência. Aí para chefiar todo o sistema de inteligência da Brigada. E isso foi no ano já 2015. No início do ano 2015. Eu não tinha... queria continuar na parte do departamento de ensino. E aí começou aquela pressão. Aí chegou no ponto em que um amigo que era do gabinete do comandante pegou e disse “ou tu vai, ou os caras vão de explodir lá pra caixa prego”. Aí eu fiquei naquela... eu já estava com o Doutorado em andamento. Já tinha feito seleção, já tinha... e aí resolvi encampar essa... resolvi encampar e ir pra atividade de inteligência. Já era um período posterior ao período que tu está pesquisando. Quando aconteceram principalmente ali no aonde 2014 os protestos da Copa, logo depois eu cheguei no departamento de ensino em Porto alegre. Passou o período da Copa, eu vim do interior, que era o compromisso que eu tinha com ele. Então assim, em termos de carreira é isso. A minha experiência foi essa. Eu fiquei um ano e dois meses ali na Agência Central de Inteligência, na chefia do serviço de inteligência da Brigada. E aí depois chegou um ponto que a coisa estava... questão até de ordem familiar. Meu pai faleceu e tudo. Eu disse “vamos encerrar esse ciclo junto”. Peguei e entreguei as contas. Vou pegar agora e vou usufruir um pouco.

P - Bem, deu para ter um panorama bem bom assim. Achei interessante que você passou ali pela inteligência no começo dos anos 2000 e agora mais recentemente. Eu queria então perguntar um pouco sobre isso... se você vê quais as principais mudanças em termos de uso de tecnologias entre esses dois períodos.

E - Sim. De novo vou fazer uma retrospectiva histórica. A Brigada, até o final dos anos 70, a maioria das polícias não tinha nenhum sistema tecnológico que ajudasse. Até porque as polícias militares começaram a fazer a polícia ostensiva em 1970, depois do famoso decreto 667 que veio com a Emenda Constitucional n. 1 de 69. Em 79 a Brigada adotou um sistema que foi gestado dentro da PROCERGS, que era o SDP, o Sistema de Despacho de Patrulhas. Era o sistema mais avançado que tinha na América Latina na época. Era um sistema que já usava terminais emulados a partir de servidores da PROCERGS e que tinha toda aquela questão do atendimento de telefone. Quando atendia tu já registrava o horário, já registrava ocorrência, já mandava para o Batalhão que era responsável por aquela área, e todas as informações se davam via rádio, telefone no caso do usuário. Os policiais que atendiam ocorrência se comunicavam por rádio pela sala de operações e passavam todas as informações para ali. Aquilo gerava relatórios que nós recebíamos a cada 3 meses na época, 6 meses. Mas relatórios muito bem discriminados. Aquelas antigas folhas de papel formulário. Aí tu tinha várias informações ali. Ocorrências por logradouro, por bairro, por turno de serviço. Por policial. Se eu quisesse saber policial lá X, quantas ocorrências ele atendeu no mês. Eu botava o registro dele ali e tinha o acesso. E isso funcionou muito bem até meados dos anos 90 mais ou menos. Meados dos anos 90 aconteceu muito bem. Mas foi no mesmo período em que a informação começou a entrar com muita força nos órgãos públicos de uma maneira geral. E nessa época sempre tem essas questões de governo também. Mas não houve no governo investimentos no sentido de melhor um sistema que era muito bom. Ainda um pouco defasado, mas era muito bom. Então se perdeu muito em termos desse tipo de uso dessa tecnologia, principalmente da informática que se trouxe, se perdeu muita coisa nesse período de meados dos anos 90 até meados dos anos 2000, da primeira década dos anos 2000. Depois a Brigada mesmo, através dos departamentos de informática, desenvolveu muitos programas. Mas sempre de uma maneira muito doméstica. A inteligência de uma maneira geral usava arquivos próprios. No período em que eu

estive no Batalhão Rodoviário na inteligência e depois no Estado Maior no início dos anos 2000, a gente tinha sistemas próprios de acompanhamento. Mas via de regra, na melhor das hipóteses tu tinha um Axis, num banco de dados ali que tu eventualmente lançava mão e tudo para fazer tuas análises. O resto era muita garimpagem. Na internet já, mas muita garimpagem de dados. E assim continuou praticamente nos anos... primeiras décadas dos anos 2000 continuou dessa maneira, com muita solução doméstica. Eu volto a frisar essa parte aí. Muita solução doméstica no departamento de informática. Tinham oficiais e praças muito qualificados no departamento de informática, em que pese era visto como um departamento corredor, geladeira para muita gente. Às vezes o camarada apronta alguma coisa e vai lá pro departamento de informática. Mas o pessoal que realmente tinha conhecimento... alguns oficiais e alguns praças desenvolveram muitos sistemas bons e fizeram... aí já estou te falando da segunda década dos anos 2000, 2010, 11 em diante... fizeram algumas encomendas pra PROCERGS. Sinalizaram, na época principalmente ali do governo Tarso, de tu fazer um novo sistema de análise. Aí um sistema mais global usando já as tecnologias mais disponíveis. Agora está me faltando o termo, mas a PROCERGS... até porque tinha uma plataforma que foi oferecida, mas era uma empresa francesa se não me engano... que tinha oferecido uma plataforma dessa dos vínculos que tu estabelece. Então tu lançava uma necessidade tua ali, um dado, ela buscava em vários outros bancos de dados existentes, aí trazia tudo para dentro de um mosaico que tu começava a fazer as relações que te interessavam, que tu via que poderiam ser utilizadas. Foi oferecido isso. A PROCERGS, claro, defendendo o quinhão dela, disse “A gente consegue fazer melhor”. E aí que foi a questão. Porque durante um período, como eu te falei, essas questões de governo elas terminam entervando muitos avanços que os órgãos públicos de uma maneira geral têm ou podem ter a partir dessas soluções que inicialmente são gestadas domesticamente e depois têm uma... a PROCERGS tinha acesso a essa questão da... se não me engano eram franceses. E também obviamente tinha acesso porque como os nossos bancos de dados domésticos eram armazenados na PROCERGS, porque os grandes servidores são na PROCERGS. A gente não tinha... a Brigada... acho que nenhuma instituição pública pelo menos assim... falo em instituições da administração direta, do Executivo principalmente... não têm estrutura para bancar um parque de informática com grandes servidores. Então era a PROCERGS que fazia. E foi... a questão se entervou dessa maneira. Quando eu estava nessa parte de inteligência já no governo Sartori... estou falando de governo mais para situar de um ponto de vista temporal... mas como eu disse... obviamente que os governos têm prioridades, e às vezes tu lida mais com uma prioridade e deixa de lado outras, conforme o teu programa de governo. Então nesse período sofreu um... houve um... não digo um retrocesso, mas sofreu uma pausa esse processo que vinha. Porque os oficiais do departamento de informática vinham trabalhando com o pessoal da PROCERGS, só que aí “não tem mais dinheiro para isso”... a PROCERGS tinha já levado uma parte do dinheiro para desenvolver, e a coisa arrefeceu. Eu não tenho mais informações além dessas. Agora, em termos de usos dessas tecnologias, o que eu posso dizer é isso. Principalmente da parte de informática. Especificamente em relação a movimentos sociais, as manifestações... ocorreram avanços. Até... fazer uma referência... claro, a gente sempre quer puxar um pouco a brasa pro assado, mas o meu comando, quando aconteceram as Jornadas de Junho, eu estava lá no interior, mas houve algumas manifestações que a gente acompanhou. Inclusive a OAB sinalizou que um dos estados que teve o menor tipo de problemas de violência polícia foi o Rio Grande do Sul. Por uma questão que eu digo o seguinte: o policial é reflexo da sociedade. Então se tu tem uma sociedade que é relativamente politizada e informada, tudo tu vai ter o policial relativamente politizado e informado. Então começa

por aí . Mas também muito da questão das técnicas e da tecnologia utilizada. E aí entra a parte de tática e estratégia que tu, muitas vezes não tem relação direta com a parte mais tecnológica, a não ser aquilo que tu consegue registrar em termos de... que houve queixas nesse sentido. Eu ouvia queixas. O pessoal “não tem como identificar o policial”. A partir surgiu aquela questão de identificar com uma numeração, não sei o que, capacete com escudo. Todo o material identificado. Afora isso, em termos de tática e estratégia e eventualmente algum equipamento, principalmente dessas tecnologias que envolvem armamentos de baixa letalidade ou de nenhuma letalidade, é o que eu teria de uma maior contribuição para te dar no sentido da atuação da Brigada nesse período. Porque volto a dizer: nesse período eu não estava aqui não inteligência. Eu estava no interior. Mas sabia, porque a gente acompanha e tudo. Nós tínhamos acesso a alguma coisa. Sabíamos que íamos receber muito material na época da Copa e tudo. E havia essa... na época ainda vigorava um projeto do governo federal, que era o ENAFRON, Estratégia Nacional de Segurança em Fronteiras, e eu como trabalhei 13 anos lá eu fui gestor do ENAFRON da Brigada ali por um período. A gente sabe... a gente recebeu muito equipamento. Algumas coisas... mas mais no sentido de... voltados pra questão do equipamento do pessoal de fronteira e tudo. Não eram equipamentos especificamente para a questão de controle de distúrbios ou de acompanhamento de movimentos sociais. Uma coisa ou outra assim só de os pelotões de Operações Especiais, que têm toda aquela... o equipamento específico, capacete, escudo balístico. Tudo isso aí sim que veio, que foi recebido nesse período. Mas em torno assim das atuações do BOE aqui em Porto Alegre é o que eu te disse. Não saberia te dizer se foi lançado mão de algum outro recurso tecnológico. Drones eu sei que não foi usado. Não era tão comum na época, e o acesso não tinha. Não se tinha como ter essa... o GAT tem alguns equipamentos também. Historicamente o GAT sempre foi mais aparelhado. Mas também houve soluções de continuidade ao longo da história, ao longo dos governos, volto a frisar. Tem “não vamos investir nisso aqui, que é muito caro”. Aquela história de tu a invés de comprar um veículo tipo um Corolla comprado há pouco tu vai comprar 3 Fiat Uno, 4 Fiat Uno. Questão da quantidade e qualidade. Bom, não sei. O que eu poderia te dizer é mais nesse sentido aí.

P - Algumas questões: qual a relação entre o setor da inteligência e o Centro Integrado de Comando e Controle?

E - O CICC?

P - Porque sempre é muito citado quando se fala em desenvolvimento tecnológico por causa da Copa.

E - Eu acompanhei um período justamente, porque justamente porque era esse período de Copa, a gente... e eu estava lá na fronteira... havia essa preocupação. Foram feitos cadernos de protocolos inclusive tanto para a época da Copa quanto depois já, pensando na Olimpíada, dos riscos que a fronteira poderia trazer em relação à segurança pública. O CICC, no período que eu estava, no último período que eu estava, até 2016, nós não tivemos um contato muito efetivo com o CICC em termos de inteligência. Não havia uma troca direta. Eventualmente havia uma demanda deles, que vinha através da Secretaria de Segurança Pública, e a gente respondia via canal formal. Não havia propriamente uma tecnologia que nos permitisse ficar sabendo online ou ao mesmo tempo em que estivesse acontecendo. Então muita coisa tinha que ser demandada. Tanto da nossa parte quanto da parte deles. Então essa comunicação ela não era muito... até porque a Secretaria tem um Departamento de Inteligência. Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE). Então quando havia uma

demanda da secretaria essa demanda do CICC vinha através do DIAE para o comando do Brigada ou pras polícias, as instituições de segurança pública. E eram respondidas através do canal formal. Eventualmente, porque o sistema de inteligência... como é que eu vou te dizer? Historicamente o sistema de inteligência foi, pelo menos aqui, dentro do estado... sempre foi muito baseado em pessoas. Então tu tinha assim: “O Eduardo... o camarada é uma fonte. Ele trabalhou no sistema, é um cara que conhece, é uma fonte segura de tu contar”. Então isso corria através do sistema. Como o sistema é horizontal... o sistema não é vertical, a inteligência. Tu tem uma estrutura... isso é um dilema em instituições militares de uma certa maneira, porque tu tem uma hierarquia. Então como é que tu vai atravessar a hierarquia? E havia muita queixa. A Agência Central aqui vai lá e pede lá pra Agência Regional lá de Santo Anjo uma informação. Por que que não vem pro comandante? Então o comandante ficava um pouco ressentido quando havia esse tipo de contato direto. Mas funciona assim. O sistema de inteligência ele tem que ser oportuno, ele tem que ser hábil. Senão ele perde o seu maior valor, que é a própria resposta. Mais ainda: o grande valor da inteligência é antecipar o problema. Quando tu não antecipa pelo menos tu tem que dar uma resposta imediata. Essa é a visão que se tem. Então, voltando a essa questão do CICC, tu tinha contatos. Então por exemplo, se eu tinha um camarada que eu tinha uma relação já anterior ou alguém que trabalhasse comigo e tem uma relação anterior, e essa relação era uma relação profícua, produtiva e que havia confiança, então tu “deixa que eu resolvo”. Ligava para cá, ligava para lá e tu fazia aquele atalho da coisa. Mas isso nunca prescindia do canal oficial. Independentemente dessas questões. Eu não acompanhei problemas pontuais que ocorreram nesse período, tanto do período da Copa quanto depois, no período das Olimpíadas, ou mesmo nas Jornadas de Junho, porque, como eu disse, eu não estava no sistema. Mas muita coisa que às vezes dá certo e não dá errado... e aí quando eu digo é de uma maneira geral, para todas as partes envolvidas, às vezes acontece por conta dessas antecipações, que não aparece. Que eu, de uma certa maneira, com esse pessoal que eu aprendi inteligência quando eu estava na Polícia Rodoviária, no final dos anos 1990, início dos anos 2000, é uma concepção diferente da concepção atual. Hoje a inteligência ela é muito telemática. Tem que ser. Mas existe essa outra ponta. E ao mesmo tempo existe outra questão: hoje muita gente gosta... e é uma questão gestor, do usuário do sistema... ele pode fazer isso ou não... de anunciar ou de dizer ou de declarar que a inteligência... que usa inteligência. Porque eu vejo essa necessidade de os gestores dizerem isso principalmente quando também no final dos anos 1990 aconteceram os primeiros filmes que abarcaram essa parte. Notícias de uma Guerra Particular, o Ônibus 174, que começaram a trabalhar. E aí o pessoal... veio o Luiz Eduardo Soares, Cláudio Cano, Jaqueline Muniz falando daquelas questões que as polícias têm que trabalhar com inteligência. Parece que virou um bordão, sabe? Mas eu ainda tenho essa questão que a inteligência a gente faz “comendo pelas beiradas”. A gente faz de forma discreta. Não é secreta. Tu faz de forma discreta. Não precisa aparecer. Então tem muita gente que gosta. Isso dentro das instituições, da Brigada mesmo, há... não vou dizer conflitos, mas são posicionamentos distintos que às vezes tu tem um outro colega que pensa diferente, que tem que expor, que tem que dizer. E eu já penso de uma maneira diferente. Eu acho que não. Eu acho que tu está na inteligência, tu tem que estar pronto para assessorar o usuário do sistema, que é o teu comandante imediato, o chefe de operações, o comandante geral. Se a gente pensar em termos de instituições, de assessoria estratégica institucional. E não uma questão mais de tu estar presente ali, de tu aparecer. Aconteceu com alguns colegas que tiveram nas Jornadas de Junho que foram expostos. “O fulano é não sei quem”. Então isso... pois é, quando acontece isso, para o pessoal da escola mais antiga, mais tradicional, é uma falha, porque tu expõe

o agente, ou seja, tu “queima” aquele camarada. Ainda mais quando se trata de um oficial, uma coisa assim. E isso às vezes é uma perda de alguns anos de trabalho que tu tem aquele camarada trabalhando, conhecendo as pessoas, tendo contato e tudo. E o pessoal agora diz “tu substitui e tal”, mas como eu disse, nós temos esse divisor de águas, que foi essa inteligência telemática, que surgiu muito. Hoje a maioria do pessoal não sai da sala. Os agentes de inteligência hoje... antigamente tu tinha uma demanda muito grande para a turma de campo que a gente chamava, que era o pessoal que andava disfarçado, que tinha os seus vínculos com criminosos, com movimentos sociais, com sindicatos e conhecia. Trocava informações, tudo. Esse cara às vezes ele era conhecido, às vezes não era conhecido. Mas ao mesmo tempo em que houve esse avanço tecnológico, se passou a ter mais essa... como eu disse... essa... não chega a ser um conflito propriamente dito, mas essa diferença de encarar a inteligência como algo ou mais discreto ou mais ostensivo. E isso também traz essa questão dos especialistas, começaram a dizer isso aí e parece que surgia como uma necessidade dos gestores de afinar o discurso com os especialistas. Os “ólogos”, como dizem, os “policiólogos”, que têm uma resistência muito grande da nossa turma em relação aos especialistas. Sim, mas eles falam porque nós não falamos. Nós temos que falar. Ao invés de se negar a dar uma entrevista, tu tem que chegar lá e expor. É uma questão de accountability. Tem que ter esse feeling, essa percepção de tu poder trabalhar com a... isso é trabalhar com a informação, isso é fazer gestão da informação de um maneira inteligente. Em suma, mas esse é um problema interno que a gente identifica muito. Essa dificuldade de o nosso pessoal aceitar a pesquisa, o trabalho sério. “Mas o fulano é vinculado a não sei que”. Tá, mas então faz uma pesquisa na tua matriz ideológica. Pronto. Não vamos... mas há uma dificuldade nesse sentido dessa aceitação. É uma questão de cultura. É uma das questões que a gente estava disposto a pelo menos começar a essa discussão quando fui pro departamento de ensino. Tinha algumas pessoas que também comungavam desses interesses de pegar e tu fazer um recorte dessa... pelo menos um corte dessa cultura tradicional de mais da prática, do empirismo e menos da pesquisa. Então a gente estava querendo insetar isso aí. Mas acontece essas coisas. Então há uma dificuldade ainda nesse aspecto desse salto que eu digo... quando eu falo salto tecnológico não falo só nas tecnologias físicas ou materiais, mas principalmente de tu avançar nessa... muitos trabalhos bons, muita... foram 5, 6 anos fazendo orientação de TCCs que ficaram muito naquela coisa... “isso é só um pré-requisito para tu te formar e ser promovido”. Quer dizer, é. Mas é mais ou menos como acontece na graduação. Até no mestrado. Tu sabe. O único que vai ler tua dissertação é um familiar teu e olhe lá ainda.

P - O orientador e a banca.

E - O orientador e a banca. Fora esses...

P - Você chegou a falar um pouco dessa questão da antecipação. Queria que você falasse um pouco se tem um protocolo específico para se tratar de distúrbios na rua, protesto. Se mudou algo do início dos anos 2000 para agora...

E - Existem protocolos. Principalmente da atuação ostensiva. Atuação ostensiva sim. São protocolos bem... tanto que, voltando a esse “elogio” ou a essa referência que a OAB fez de 2013 da atuação da Brigada, foi uma questão muito de... hoje tu evita ao máximo o contato. Antigamente tu entrava com a cavalaria, esparramava, depois ia os pelotões de choque lá, identificavam, prendiam se fosse o caso um ou outro, mas a ideia era primeiro desmobilizar a massa. E isso mudou muito. Já nos anos 90 mudou muito isso. Tanto que a gente tinha uma nomenclatura interna que chamava-se controle

de tumulto. Depois passou a ser CDC, controle de distúrbios civis. Às vezes pode ser só uma questão, como eu te disse, de nomenclatura, mas mudou muito essa perspectiva. Então tu passa, a partir das experiências que tu vai tendo, o pessoal que trabalhava, que trabalhou principalmente no antigo batalhão de choque – hoje batalhão de operações especiais –, o pessoal produziu muita coisa boa nisso aí. Muita gente esteve para fora, fez cursos e tudo. O próprio comandante geral hoje, o Iqueda... anos no batalhão de choque, no BOE, tinham e têm uma... não só uma experiência, mas um know how bastante grande sobre isso. E isso mudou muito realmente dos anos 90 pros anos 2000, porque tem todo um processo de... a Constituição foi de 88, mas as mudanças constitucionais elas não se efetiva... ainda hoje tem muita coisa que... e pegar instituições que são muito tradicionais e são muito fechada, não instituições totais, mas instituições que têm uma resistência muito grande, porque têm um histórico... tem toda aquela história de... é muito difícil tu implementar mudanças assim. Então, eu embora já tenha começado a trabalhar com a Constituição em vigor, aconteceram muitas coisas que hoje se eu te falar assim... ainda bem que já prescreveu tudo, está prescrito já. Mas havia práticas e há ainda... mas um paralelo rapidamente... teve um seminário uns anos atrás sobre polícia e direitos humanos com o pessoal ali da sociologia, ali do Zé Vicente... fizeram junto com a Brigada. Então teve algumas palestras ali no campus do Vale. E aí foi bem na época que sumiu aquele Amarildo no Rio. Claro, e nós fomos pra lá, e a gente foi fardado. E eu sempre andei fardado e sempre andava armado. Ali botei dentro da mochila. Mas tinha uns que andavam. Aí o pessoal dos diretórios começou a ver, principalmente o pessoal das humanas ali da filosofia ali tudo. Já fizeram um cartaz e já levaram pra frente do auditório e fizeram aquela balbúrdia. Fizeram aquilo, e aí foi o Zé Vicente lá falar com eles. O Martim foi junto. “Onde é que está o Amarildo”. E conseguiram conversar com eles: “vocês entrem, assistam”. “Nós queremos falar”. “tudo bem, você entram”. Deram espaços para eles. E aí falaram algumas palestras lá. E aí falou o camarada, e aquilo foi uma coisa que me marcou bastante na época. Isso que ano foi? 2012, eu acho. Foi antes desse período da Jornada de Junho. Mas eu estava aqui por conta dessa minha vinculação com a área de ensino, de orientador das turmas, dos cursos. Claro, eles assistiram pouco, viram que não... viram que a batida era outra. Não era aquela coisa corporativista, institucional. “Tem que ir lá e baixar o cacete”. O cara se saiu muito bem. Disse “aqui quem está é uma elite intelectualizada da Brigada”. Ele começou assim. “Então não adianta eu querer falar aqui para vocês, que até muitos vão concordar comigo. Agora, não pensem vocês que isso que vocês debatem aqui, que vocês falam às vezes no gabinete é o que acontece na vila de noite. Não pensem que o policial de noite vai lá... direitos humanos, Foucault, não sei o que. Não vai acontecer isso”. E tu começa a pensar... 20 e tantos anos de serviço, trabalhando onde eu tinha trabalhado... aí tu começa a te dar conta de que realmente a coisa... e até eu e o Martim a gente fala muito uma expressão... “eu fui prego até agora, agora eu vou ser martelo”. Só que claro, é um martelo de papel, mas é um martelo. Tu consegue levar a termo algumas coisas. Então eu fiz essa retrospectiva desse fato para dizer que muita coisa mudou, mas tem essa... principalmente para mim o grande foco está na formação. É uma questão educacional. Se a gente não pensar nisso, e de uma maneira drástica, de uma maneira radical, tu vai continuar com esse tipo... acho até que sempre vai haver esses problemas. Tu tem como tu minimizar, como tu ter realmente uma polícia cidadã, uma polícia mais voltada pro interesse da coletividade, e não uma polícia que faz o papel de muro invisível entre as classes sociais. Então... que é como muita gente defende ainda que existe e que a gente sabe que tem muito disso aí. Dependente do estado... que a gente sabe que as polícias são vinculadas ao estado... tem muito desse papel de separar aquilo que a gente quer ver e aquilo que a gente não quer ver. O Hélio Luz...

bom, quantas vezes falou sobre isso. Então assim, com relação à mudança... o camarada sempre faz essas idas e vindas... com relação às mudanças eu penso que sim. Principalmente esse uso de táticas de não contato de uso aí das tecnologias que tu tem de armamentos, armamentos químicos, granadas, etc., para evitar o... porque no contato tu sempre tem... “eu quero ir para ali...” “tu não pode ir por ali”... “mas eu vou passar...” “tu não vai passar”. Quer dizer, então tu tem contato físico. Teve o contato físico, daí a ter uma lesão, alguma coisa, um abuso policial é um passo. Tu está ali do lado já. Diferente se mantém. Aquela ação que eu me lembro que foi muito elogiada até... internamente... de eles não terem chegado no prédio da Zero Hora numa manifestação que teve... porque conseguiram... e até foi muito comentado na academia, porque os alunos que estavam em curso vieram para aquela... foi uma das poucas vezes que eles vieram para aquela ação. Eles conseguiram manter o pessoal distante com granadas de gás e tudo, posicionamento de tropa. E aí tu acaba cortando saídas. É uma questão, como eu disse, tática... é uma tática que tu diz “não, tu tem uma saída pra cá. Aqui tu só passa se passar em cima da gente”. Para não chegar perto, o que a gente faz? Joga gás para te enquadrar atrás e depois para tu dispersar. Vamos dizer assim... o grande objetivo é esse. É que cesse a motivação dos manifestantes, da manifestação e que tu possa manter primeiramente bem da vida, que é a integridade das pessoas de uma maneira geral, não só dos manifestantes, mas dos policiais também. E depois a questão do patrimônio, que é um efeito menor, vamos dizer assim. “Ah sim, mas é crime dano ao patrimônio quando ele é doloso”. “É, mas ninguém se machucou”. Muita gente criticou na época... “mas quebraram o McDonald’s, quebraram o banco, não sei o que”. Bom, mas ninguém ficou machucado. E essa eu penso que é a grande mudança de concepção que tem em relação ao acompanhamento... eu não vou nem dizer enfretamento a manifestações, porque eu acho que não pode ser isso. A manifestação ela deve ocorrer, e a polícia deve resguardar todos os interesses envolvidos, até o ponto em que alguém avançar em relação ao direito de outro, tudo. Bom, daí sim. Aí sim é dever de ofício. Se tu não atua, tu prevarica. É complicado a gente chegar... e até onde tu pode chegar. É aquele... é o que foi a crítica. “Mas a Brigada deixou depredarem”. Sim, mas não ocorreram lesões, não ocorreram ferimentos graves e tudo.

P - Ainda essa questão da antecipação assim, seria no caso da inteligência uma antecipação em relação a movimentos sociais, por exemplo, coletar informações sobre as lideranças?

E - Não basicamente... não da liderança. Porque tu tem também... hoje, com o advento da Internet, tu tem tudo. Como eu disse, hoje o pessoal não garimpa mais... não se infiltra. Eventualmente pode acontecer isso. Vamos dizer assim: para cada 30 casos, 25, 30 casos que tu tem, tu faz o acompanhamento, um tu precisa de lançar mão do órgão da inteligência. Tem aquele cara que trabalha “quem tem contato com sindicato, quem te contato... o fulano: ah eu tenho contato com a liderança lá da vila”. É assim que tu faz a... porque a própria questão da infiltração policial hoje é regulada por lei. Tem que ter autorização do juiz do caso. Então tu não consegue fazer uma infiltração hoje... até tu faz. Mas o que que é possível de fazer? Está aí o Assange que o diga. Tem muita coisa que é feita ainda nessa zona cinza. Precisa? É uma discussão. Aí entra até uma questão moral aí. Mas se tu pensar dentro dessa perspectiva de evitar o risco às pessoas, a qualquer delas – sejam os manifestantes, sejam... – eu penso sempre que é válido, eu penso sempre que é válido. Daí claro, eu estou falando mais como policial, como gestor. Porque se tu sabe a informação, se tu tem uma informação antecipada... Vou te contar um caso: 1989, meu primeiro ano como oficial, lá em Caxias do Sul. Caxias é um polo metal-mecânico muito grande. Sindicato dos metalúrgicos

extremamente atuante. Na época o pessoal da inteligência – que não era inteligência, eram informações ainda. Se chamava seção de informações –, o pessoal tinha acesso às reuniões do sindicato. E tinham os relatos, tinham os relatórios disso aí que diziam “pessoal, agora cansaram de apanhar da Brigada. Não vão usar mais taquarinha das faixas, vão usar uns porretes”. Sabe? E aí vinha esse tipo de informação: “os caras vão vir com um porrete... como é que nós vamos fazer então?” Tu tinha toda aquela preparação antecipada para... mas esse caso que eu citei, esse exemplo é bem o caso de uma antecipação que acontece. “Como é que eles vão vir?” Durante os anos 90, início dos anos 2000, até meados dos anos 2000, a gente tinha... pelo menos nos lugares que eu trabalhei... a gente, quando tinha essa perspectiva de ter uma manifestação, protesto, qualquer coisa que o valha, a gente normalmente já chamava o pessoal. Já chamava o pessoal dos órgãos que iam promover: “o que vocês vão fazer? Vocês podem dizer. O que vocês querem fazer” “Nós queremos fazer isso, ter acesso a tal lugar”. Bom, até um certo ponto tu tinha a tua negociação. Daqui a pouco ouvíamos uma ordem do gabinete do governador “não, não é para deixar passar”. Aí o que que era ruim nisso aí? O ruim dessa intervenção política numa questão técnica, que acontece, a gente sabe que acontece, é que aí tu quebra a relação de confiança. Assim como o inverso também. Então teve um vez, também lá em Caxias, teve um época, ano de 1989, primeiras eleições diretas que teve depois da redemocratização... quem é que era o governador? Pedro Simon? Pedro Simon acho que era. Não sei a motivação, não recordo a motivação na época, mas teve uma perda muito grande na safra de uvas lá daquela região. Então o que que aconteceu? Teve um desfile dos carros alegóricos, que era um dos eventos máximos lá da Festa da Uva, que o governador ia estar. E o Simon é de lá, é de Caxias. Então o que que aconteceu? O pessoal da inteligência, das informações na época apurou que 4 ou 5 caminhões carregados de uva estragada tinham estacionado no perímetro das ruas de acesso ao desfile. E aí tá... quando veio... mas nós tudo na praça já, o pessoal fazendo desfile... e aí realmente, daqui a pouco começou a vir aquele monte de agricultor com sacos assim... queriam jogar no palanque. Então não deu tempo nem de tu identificar ninguém nem nada. Os caras ia passando, e eu ia dando tapas nos sacos para derrubar os sacos de uva no chão. E uns pegaram no chão e jogaram... fiquei com o fardamento tudo... e aquele cheiro de uva azeda, quase vinho já, vinagre. Mas esse é o tipo de antecipação que eu falo. Claro, tem uma zona cinza, uma zona gris nisso aí que a situação acontece. Assim como tem também... hoje, todos os movimentos sociais têm o pessoal que faz também o levantamento prévio de dados. Eles sabem... “tu tem tanto efetivo, assim, fulano, beltrano. Tem alguém lá que a gente pode contar para nos dizer também se vão fazer alguma coisa”. E isso é do jogo, isso é do jogo, como eu digo. Claro que o órgão público de uma maneira geral, o órgão público se pauta pelo princípio da legalidade. Então aquilo que tu faz tem que estar expresso que tu tem que fazer. Mas claro que acontece. Não vou te negar e dizer que não acontece. Acontece. Tem uma zona ali que tu... e ali é uma questão, como eu disse de novo, uma avaliação moral que tu tem que fazer. Se aquilo realmente é pro benefício do coletivo ou é pra gente pegar os camaradas antes e impedir a manifestação ou prender alguém. Mas as duas coisas podem acontecer dependo, de novo, do momento que a gente está. No momento político e social que a gente está, às vezes tem gente que vai admitir isso e tem momentos em que não vai ser admitido isso aí. Então antecipação seria isso... não sei se era exatamente isso que tu queria...

P - Sim, sim. Vou começou a falar um pouco mas não chegou a desenvolver... o que você acha hoje dessa questão das novas... de redes sociais... enfim... Facebook... qual o papel dessas redes pra inteligência?

E - Olha, eu vou te dizer assim... eu acho muito positivo. O pessoal aqui do... eu vou fazer um elogio... o pessoal aqui da Agência Regional do CPC, o Comando de Policiamento da Capital, tinha um pessoal que trabalhava muito... principalmente nas questões dos clássicos de futebol. Então o pessoal se envolvia lá e tal e sabia quando é que o pessoal programava... "Ah vamos se encontrar em tal lugar, vamos pegar uns colorados, vamos pegar uns gremistas". Então havia já... se identificava com antecipação isso aí e muitas vezes entrava até uma questão... se uma pessoa já tinha um problema anterior muitas vezes havia até uma intervenção de proibição esse camarada ou esses camaradas de irem num jogo de futebol, de saírem de casa ou de terem que assistir o jogo num determinado lugar. Restrição de direitos que o judiciário faz. Então, do ponto de vista das redes sociais, até 3 anos atrás, que é o meu limite em termos de acompanhamento, nós tínhamos alguns policiais da inteligência que trabalhavam nesse monitoramento de redes sociais de uma maneira geral. Principalmente... aí voltamos àquelas grande áreas temáticas que eu te disse: assuntos institucionais. Não se preocupava tanto com organizações criminosas, organizações policiais e nem com crime... muito menos com crime eventual. Crime eventual é uma questão de pronta resposta, de ação reativa. Nem tem como prever a hora que o camarada "estou com fome, vou meter ali um negócio, vou ganhar na mão grande o notebook daquele cara. Então havia o pessoal que trabalhava nas redes sociais. E uma coisa me chamou muito a atenção, acho que há uns três anos atrás também, um pouquinho mais talvez, foi um policial civil... uma investigação que foi feita por um policial civil que identificou uma organização criminosa aqui... foi em Alvorada basicamente ali. Ele se passou por um criminoso também. Com tudo, com foto, com registro um série de coisas. Eu me lembro que isso gerou uma matéria da Super Interessante até em relação à questão da linguística. De como ele usou a linguística para se aproximar. Porque de uma certa maneira passava por isso. A forma como tu te comunica. Isso já é do policial de uma maneira geral. Tu conhece o cara... bandido no tranco. E o bandido também conhece o policial no tranco. Tu bota o olho e tu fala "esse cara é isso". Então tem esse traquejo muitas vezes, que é uma coisa que é a experiência que dá muitas vezes. Não é uma coisa que tu aprende assim de manuais, nada. Mas te dá isso aí. Então me chamou muita atenção desse uso que o cara fez... através do Facebook ele conseguiu desbaratar toda a quadrilha. Foi muito elogiado na época esse trabalho também. Me lembro que teve até manifestação do Secretário de Segurança, Chefe de Polícia falando sobre isso. Porque justamente ele buscou um nicho que está aí, que as pessoas estão... postam as coisas na Internet, postam nas redes sociais. Aí, bom, aí novamente a gente tem... fazendo um paralelo daquele pessoal da inteligência que não gosta da exposição e os que não gostam da exposição. Cara que gosta da exposição ele vai estar em rede social, ele vai postar ali que prenderam, que fizeram isso tudo, quer dizer... é uma... porque isso serve... tu pode ganhar fama... uma fama positiva, mas também o risco ele aumenta. Tanto para quem está num lado quanto para quem está no outro lado. Então o bandido que faz isso hoje... claro, ele vai ganhar fama dentro do universo deles. Mas sabe que o risco aumenta, porque ele vai ser mais facilmente reconhecido, ele vai ter que sempre andar pronto, tudo. Teve um... agora me lembrei... teve uma prisão que foi feito pelo nosso pessoal da Agência Central, que reconheceram um dos líderes dos Bala na Cara num shopping Walig. Estava com a família passeando. Reconheceram e tudo "é o cara". Daí foi lá, meteram o olho no sujeito... não estava trabalhando. Estava de folga. "Mas conheço aquele cara ali". Conhecia por quê? Claro, acompanhava aquela turma ali, tinha o conhecimento daquele cara, mas o cara ali passeando com a família, mulher, filho, mãe. E prenderam o cara.

P - Mais uma questão também: você chegou a trabalhar com ensino, formação. Tem algum... como é que se dá essa questão de aprendizado de novas tecnologias que são incorporadas? Se tem uma resistência cultural...

E - Não. Para a formação não. No período de formação não. Quando eu falo de formação hoje, tu tem basicamente o curso de soldado. Que tu pega o sujeito cru pelo menos em termos de experiência policial. Eventualmente o curso de capitães, hoje o curso de superiores de polícia militar que... dos bacharéis de direito... tem muitos que já são policiais, mas muita gente que entra sem experiência policial. Aí tem uma série de fatores. Desde a questão familiar. Muitas vezes tu vem de uma família de policiais que tu já está acostumado com certo... um certo discurso, um certo lugar de fala que “não, isso na minha época não funcionava, isso não sei o que, isso”... o pessoal do direito hoje. Então a resistência... e que era um problema que a gente tinha para solucionar, como... porque hoje, como acontece grandes inclusões na Brigada, como aconteceu agora ano passado, o que acontece? Tu não tem escolas suficiente que atendam a essa demanda. Mil policiais, mil e 500 policiais alunos. Então tu acaba formando em unidades operacionais que têm uma estrutura física. Eu trabalhei lá em Três Passos 4 anos e pouco. Então nesse período que eu estive lá a gente formou 3 ou 4 turmas. Para nós é bom, que tu motiva o quartel, tem uma série de coisas. Mas se a gente pensar do ponto de vista do processo de ensino e aprendizagem, do processo pedagógico, tudo, tem problemas. Tem problemas, porque tu lá em Três Passos está a 500km de Porto Alegre, a nossa escola que a gente respondia mais próxima era de Santa Maria. Uma vez durante o curso, de 6, 7 meses, o pessoal aparecia lá para fazer o acompanhamento. Claro que tu tem os relatórios, tu tem o coordenador do curso na localidade. Mas não há um envolvimento, não há engajamento com o processo de ensino-aprendizagem que seja... eu não gosto de usar o termo padrão... padrão remete a uma coisa muito fechada... mas tu não tem isso aí. Não tem como tu... tu tem as reuniões pedagógicas, que são feitos... os coordenadores dos cursos vão nas escolas, tem uma série de orientações, mas acaba ficando muito divorciado daquilo que realmente se quer. Esses eram os desafios que a gente tinha. De como tu fazer um curso superior de polícia pro soldado, curso de tecnólogo de segurança pública, que era a nossa ideia, no período de um ano, atendendo uma carga horária que se faz... a gente teve cursos que duraram um ano de soldado sem essa questão do curso de soldado. Era um curso de soldado e pronto. E... mas como tu vai fazer isso de uma maneira em que os professores civis... hoje eu não sei, mas há 4 anos atrás, cinco anos atrás nós não tínhamos um corpo de policiais com titulação suficiente para bancar um curso de tecnólogo. Pelo menos como a LDB exige em termos de titulação. Por isso a nossa ideia de vincular com institutos federais, com a UERGS... na época terminou prosperando o instituto federal. Mas essa questão cultural ela está muito vinculada nisso. Tu formar um policial numa escola é uma coisa, tu formar um policial numa escola é outra. Mesmo que na escola tenha... numa escola tem normalmente policiais, oficiais que trabalham e que conhecem o processo. A gente teve... até no ano passado faleceu um sargento, Andrea, ela fez a matriz curricular nacional da SENASP. Quer dizer, conhecimento pedagógico ela tinha e trabalhava no colégio Tiradentes aqui em Porto Alegre. Então ela ajudou a fazer a matriz curricular nacional, ajudou a implementar isso aí e até faleceu ano passado. Estava lá cedida ainda pra SENASP. E tu tem muitas vezes essas pessoas envolvidas, mas muitas vezes quem leva lá na ponta tem aquela questão “só um pouquinho: sou mais do que tu, então vou fazer do meu jeito”. Tem coisas que ainda tem essa questão hierarquizada demais. Diferente de outras polícias que a gente vê. Até uma questão interessante desse ponto de vista é os cursos de operações especiais. Os cursos de operações especiais, quando tem uma determinada atividade, que exige... que os alunos

são exigidos de uma maneira muito forte, tem o policial responsável pela instrução, o instrutor direto, e tem alguém que monitora. Esse que monitora ele de uma certa forma ele fiscaliza o instrutor. Porque não é raro o camarada se emocionar e levar... e isso a gente já viu acontecer em outros lugares... inclusive a óbito de alunos. Não aqui no estado... em operações especiais que eu lembre não aconteceu. Mas aconteceu em outras polícias e recente. Por quê? Porque não tem um limitador. Até que ponto tu vai exigir do sujeito preparação física e psicológica? Uma hora o camarada arrebenta. Claro, às vezes tem questões de ordem física, de saúde, mas isso também é feito previamente. As operações especiais fazem muito isso. E aí não interessa a gradação nem o posto do sujeito. Vai interessar o conhecimento que ele tem daquilo ali. Tanto que é muito comum os soldados, os sargentos darem muito mais... nas operações especiais, que têm toda aquela fama de o pessoal ser mais bitoladão... muito comum das operações especiais e menos comum nas outras áreas. Por causa disso. Pessoal lida sob estresse e reconhece às vezes o policial, soldado ali que tem uma preparação, uma experiência, um conhecimento maior.

P - Acho que na verdade quase todas as perguntas foram respondidas. Só uma questão... bem no começo ali... as tuas funções como chefia do setor de inteligência quais eram basicamente? As tuas atribuições?

E - A principal atribuição... tu é o assessor tu usuário do sistema. Usuário que a gente chama o usuário do sistema é o comandante imediato. No caso da Agência Central de Inteligência, que foi a última função que eu ocupei, era o Comandante Geral. A minha vinculação é com o Comando do Estado Maior por uma questão estrutural, mas eu me ligava diretamente com o Comandante Geral. Então o chefe das agências de inteligência geralmente despacha direto com o comando geral ou com um subcomandante. E com o Chefe do Estado Maior geralmente são nas questões mais de ordem... o Estado Maior é para ele ser o órgão pensante de uma instituição. De qualquer instituição o Estado Maior é o órgão diretivo que pensa as políticas institucionais e vai levar em cada área, dentro da parte de pessoal inteligência, comunicações, treinamento, logística... vai levar pro comandante... "institucionalmente a Brigada tem que fazer assim..." Claro que a inteligência ela acaba sendo muito mais operativa do que propriamente uma questão de planejamento. As coisas que aconteciam, como eu te disse, eu nós fizemos algumas reformas no final dos anos 90, início dos anos 2000 ali na matriz de inteligência da Brigada, aconteceram por iniciativa do pessoal da inteligência, no caso do chefe que eu tinha na época. Ele chegou e disse "queremos reformular as diretrizes de inteligência da Brigada. Como é que nós vamos fazer isso?" Aí chamou outra capitão e "eu quero que vocês façam dentro dessa perspectiva". Então a gente sempre fala muito "é o usuário do sistema". Assessora o usuário do sistema. Quando eu estava, uma das coisas que aconteceram muito foi as manifestações do nosso próprio pessoal na questão ali de salários e tudo. E eu me recordo que eu até dizia... era o Coronel Freitas o comandante na época... eu dizia pro Coronel Freitas: "uma questão que a gente tem que levar em conta é que vai passar esse momento de turbulência, e amanhã ou depois a gente vai estar se encontrando nos corredores...", e foi até a contrário senso do meu chefe, que pensava diferente. Pensava "não, nós temos que... inquérito policial militar para todo mundo". Eu disse "não, nós vamos nos encontrar com os caras. Os caras estão lutando por uma coisa que vai nos atingir também". E eu tinha contato direto com o pessoal das ações, porque em todos os lugares que eu trabalhei, no interior, eu sempre mantive contato muito próximo com o pessoal, então sabia que tinha um cara mais radical e tudo, o que o cara está pensando, o que o cara vai fazer, que tipo de protesto vai acontecer, a gente sabia das outras

instituições, da SUSEP, da Polícia Civil, que teve o Ortiz, que fez aquele negócio na frente do Palácio de morar nas viaturas. E o comandante me perguntou “o que está acontecendo?” A sorte é que nós tínhamos um cara que estava filmando. Passou um agente, estava passando lá e filmou tudo e mandou tudo. Claro que tem toda aquela coisa do pessoal te ligar “e tem pessoal da Brigada? De folga? À paisana? Estavam armados? Estavam com viatura? Estavam com isso? Estavam com aquilo?” Então nosso pessoal sempre foi mais... não vou dizer mais fácil de lidar... mas é um pessoal mais pragmático. Tipo aquela coisa de pedir licença e tudo. Tem ainda muito isso. Não sei se isso é bom ou se é ruim. Eu acho que tem o lado bom e tem o lado ruim. Mas a gente contatou. Eu tinha contatado direto com o pessoal. Fizeram ali uma manifestação do lado do QG, na praça. Do lado do QG e tudo. Se juntaram todo o pessoal do interior. E como eu conhecia uns quantos, eu fui lá. E os caras sabiam quem que eu era. Claro, porque tu tem uma relação de confiança, tu joga ali com os caras. Eu fui do comando do batalhão no interior, que tinha essas questões de manifestação do nosso público interno e dizia: “o que a gente puder fazer a gente vai fazer. Agora, se vocês quiserem parar, sabe como é que funciona. Aí nós vamos ter que ter o mínimo para manter”. Aí aquela coisa... alegavam direito de greve, como fazer, paralisa e baixa as viaturas. “Isso vocês façam, e eu vou fazer a minha parte como comandante. Meu compromisso não é nem com a Brigada, é com a comunidade”. E eu dizia isso para eles. É uma forma de tu convencer também o cara. “Só um pouquinho, vai deixar a comunidade na mão? Tua família? Teu parente, teu amigo, teu vizinho?” Tu usa esses recursos, mas em termos de... voltando... ora não fugir muito da pergunta... a questão principal... tu assessora o usuário do sistema. É para aquele camarada ali. Se tu tem uma capacidade de antecipar tu vai fazer um relatório que vai contemplar as probabilidades da manifestação. “A manifestação X vai acontecer”. Então tu tem as probabilidades ali. “Quem é que vai participar? Fulano, beltrano, sindicatos abc, movimentos sociais...” Aí claro: bota “liderança fulano e beltrano, ligações... até ligações políticas. Quem é que banca isso daqui? É o deputado fulano, senador beltrano. Coloca isso daí para o comandante ter um panorama da situação”. Mas como eu te disse, tudo informações que tu garimpa da Internet. Tu vê direto ali. Essa era um dos sistemas que a gente estava buscando quando eu estava ali na inteligência. Trabalhar com esse sistema de vínculos. Porque tu... a partir de que tu lança os dados ali, busca todos os vínculos. Daí tu vai colocando tudo para dentro o que tu... é parecido com esse que vocês gostam de usar muito, o SPSS.

P - Estou satisfeito. Eu gostaria de perguntar se tem alguma coisa passou pela tua cabeça ou que eu não perguntei que tu acha importante.

E - Não. Eu sou bem tranquilo para falar dessas questões. Acho muito importante.... vejo só muita importância a questão das pesquisas. E sempre que possível a gente estimulava. Inclusive quando eu estava lá nessa parte da inteligência passaram alguns pedidos lá de pesquisa. Porque às vezes o pessoal fica muito assim... querem recusar o dado. Eu dizia “bom, a gente pode até. Ou pode dar um dado que não é verídico. Mas veja bem, tem toda uma questão de confiança e tudo”. Na época a gente estava com trabalho... e até é um tema que sempre me instigou e eu achei até um trabalho que eu fiz no ano de 1992 sobre o suicídio na Brigada. E na época o pessoal tinha uma turma que estava querendo... acho que até foi o Martim que mandou o pessoal lá da PUC da psicologia até. O acesso às informações dos suicídios de policiais. Aí como... “eu tenho a informação, mas eu sei que vocês precisam para vocês publicarem algumas coisas que vocês têm que ter ela de uma forma oficial. Pode contar como informante, aquela questão”. Mas aí é que entra o dado. Posso dar o dado verídico ou posso não dar o dado verídico. Tem um camarada que acha que a pesquisa é boa do

ponto de vista institucional e vai te dar a informação. Mas se ele acha que aquilo ali vai expor a situação de alguma maneira... porque tem muita gente que pensa que vai expor a instituição. Não, eu acho que são coisas que a gente tem que falar, principalmente no que diz respeito ao nosso público interno, à saúde. O Martim tem essas pesquisas dele na área de direitos humanos dos policiais.

P - Agora que você falou disso, eu me lembrei de outra coisa: como é que essa questão do sigilo? De qual é o critério de em que medida tal situação é sigilosa?

E - Boa pergunta. O que tu formaliza através de um relatório ele existe. Nós temos um sistema que tu produz um número X de relatórios, e a gente tem essa preocupação com o arquivo público do estado de, vencidos os períodos legais ali, que normalmente são 5 anos, que era até uma briga que a gente tinha muito. Eu não posso classificar um relatório como reservado. Só quem pode classificar um relatório como reservado é o Secretário de Segurança pela legislação. O Comandante, o Chefe de Polícia podem ser delegados pelo Secretário. Aí tu publica, faz uma publicação de órgãos oficiais do Estado... "a partir de hoje..." ... mas aquela coisa... delegação tu faz até para determinado nível. Não vai fazer lá pro chefe da seção de inteligência. Por melhor que ele seja. Por mais competente, por mais honesto, por mais qualificado que ele seja. Mas essa é uma questão que urge. Agora está voltando essa discussão de novo da classificação, de que qualquer um pode classificar. Foi lá agora no mês passado o pessoal da balbúrdia do governo federal então... Então... eu vejo assim: nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Tu tem que ter um... como é que eu vou te dizer? É o que a gente estava vendo na época. Era um dos trabalhos que a gente estava lá desenvolvendo... é o tipo de dado, de informação que circulasse só internamente. E tu usar isso aí não como uma informação pronta, como um dado... não como uma análise de inteligência. As análises todas teriam que ser publicadas. As que são classificadas seriam por Secretário se assim fosse o caso. Mas coo algo ainda no processo de gestação do conhecimento. Aí sim. Aí é onde a legislação poderia te dar essa guarida de tu trabalhar... "Não, só um pouquinho... isso daqui não está pronto ainda". Aí sei lá "o Eduardo faz isso, faz aquilo...", mas isso aqui não está pronto ainda do ponto de vista da produção do conhecimento, do relatório que a gente quer produzir, da análise que a gente quer fazer. Então tem essas coisas aí. Mas é uma discussão que, vira e mexe, volta e meia, entre as áreas de inteligência das várias instituições, não só as policiais militares, mas também civis, que têm... têm um sistema de inteligência muito bom... volta e meia vem essa discussão. Até que ponto a gente pode ter esse dado? Até que ponto... a gente pode negar ou não pode negar? Porque enquanto ele é dado é um dado. A informação ela acontece... o processo acontece... a partir daquele dado ele é trabalhado numa determinada perspectiva. Aí depende de qual perspectiva. Quer-se imaginar que sempre perspectivas legais ou que partem da legalidade. Mas nem sempre isso acontece, nem sempre isso acontece. E aí, como eu disse... isso mais ou menos funciona como aquele camarada que se diz "eu sou cidadão de bem, mas eu sonego um pouquinho de impostos. Não vou dar tanto dinheiro assim". Mas tem, tem. Isso é uma coisa que essa informação... essa negação do dado muitas vezes ela é, do ponto de vista... se a gente imaginar... dessa legislação existente hoje, ela é viável, possível de acontecer. Dado, documento acabado não, porque aí tu tem as garantias constitucionais que aí derrubam qualquer outro regramento que tu possa fazer. Escrevi lá um relatório de inteligência sobre o Eduardo. Escrevi um monte de coisa. "Ele lá no campus do Vale ele faz isso, ele agita, ele faz balbúrdia, xinga, cospe nos fascistas". E aí eu produzo um relatório desses para um determinado setor policial... "vamos lá prender o Eduardo". A partir daí, se está formalizado um relatório, aquilo

ali é um dado que, ou ele é classificado, ou ele tem que ter publicidade. Esse é o grande temor da área de inteligência de uma maneira geral é esse. É até que ponto aquilo que eu escrever vai ser publicizado pelo meu usuário do sistema, pelo meu cliente, que é o comandante imediato. Aí tu fica muito... “mas parece... consta que o fulano seria tal coisa”, sabe? Tu usa expressões assim que não deixam... “olha... isso aí eu não estou afirmando que o cara é. Eu só estou dizendo que ele poderia ser”. Aquela coisa toda. Mas tem. Funciona dessa maneira. E é um risco que normalmente quem vai para essa atividade, dependendo daquilo que o usuário do sistema concebe como assessoramento de inteligência, quer. Nós tivemos uma oportunidade, quando eu era comandante ainda, e o subcomandante geral queria botar os agentes de inteligência na estação rodoviária em Porto Alegre para saber quem é que estava andando com fardamento mal fardado, sem cobertura ou de forma irregular. Aí eu disse “bah... claro”. Eu concurso, mas isso aí tem que dar pro sargento fazer isso aí, o tenente lá no batalhão pessoal. Mas tem essas coisas aí.